

Assembleia de caciques*

Silvio Meincke

Não vinham diretamente até Ijuí. Desembarcavam antes, nas rodoviárias das cidades vizinhas. Íamos buscá-los um a um. Vinham isolados e por roteiros diferentes, para evitar que fossem vistos juntos.

Fui até a rodoviária de Cruz Alta para buscar um dos líderes do Povo Xavante, da Ilha do Bananal. O cacique estava em trajes da nossa cultura. Vestia calça de brim com camisa azul-clara e calçava botas. Movimentava-se com desenvoltura, como se fosse um lavoureiro que vinha à cidade para fazer seus negócios. Seu cabelo liso e comprido, cortado em franja sobre a testa, no entanto, ajudou-me a distingui-lo das outras pessoas.

– A identidade do meu povo – apontou para os cabelos – é essa, e essa eu não quero esconder.

O líder xavante conversava pausadamente em tom de voz macia e com pouca variação de volume. Transmítia quietude e ponderação em seus comentários e nas suas constatações. A franja e os cabelos longos emolduravam um rosto arredondado, com barba muito rala e sem bigode.

– As lavouras parecem cobertas com pó de chocolate – comentou, logo que deixamos a cidade.

– É verdade, – respondi – os lavoureiros lavram esta terra vermelha muito intensivamente e gradeiam-na até que vira pó.

Os indígenas reuniram-se para a Oitava Assembleia de Caciques. Esses encontros continuavam proibidos e, por isso, organizamos a assembleia, clandestinamente, no Lar Itaí – água das pedras, no idioma indígena. Era um casarão de madeira e tábuas, escondido no meio da mata, no interior do município, às margens do Rio Ijuí, e pertencia à Juventude Evangélica. O nome Ijuí, conforme explicou-nos um dos indígenas, significa “águas claras”, e o cacique xavante lamentou a cor barrenta do rio que carregava toneladas de terras roxas trazidas pela erosão e contaminadas com adubos químicos, inseticidas, herbicidas, acaricidas e fungicidas, para euforia das grandes empresas que vendiam esses venenos.

– O chocolate foi parar no rio – comentou o xavante.

A valorização da madeira, cada vez mais rara e preciosa nos estados sulinos, e o avanço das grandes lavouras de grãos provocavam choques cada vez mais frequentes e mais violentos com os povos indígenas. Ainda em palavras pausadas, o líder descreveu a cena dantesca de um indígena esquartejado, que certo madeireiro e seus jagunços tinham pendurado, naqueles dias, em quatro pedaços, para intimidação e ameaça, nos galhos de uma corticeira, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Antes desse encontro de Itaí, eu tinha participado, ao lado de Dom José Gomes, bispo da Diocese Católica de Chapecó, de um encontro de apoio a pequeno grupo de índios em Irani, cujas terras estavam sendo tomadas por lavoureiros. Foi nesse encontro que ouvi falar da necessidade de apoiar uma assembleia de caciques indígenas e me prontifiquei a colaborar.

Não revelei às mulheres da comunidade evangélica a finalidade do empréstimo de panelas e talheres e prometi explicar tudo na devolução, com o que elas concordaram. Também a imprensa e a população em geral souberam do encontro de indígenas somente quando os levamos às Ruínas de São Miguel, para uma entrevista coletiva que foi publicada nas páginas amarelas da revista Veja, que era uma revista confiável naquela época.

Na despedida, o líder xavante me presenteou com um anel de tucum que carregou desde então.

– Não gosto de anéis de ouro, – revelou – porque muitos antepassados nossos foram mortos por causa desse metal.

Com o passar dos anos, fui atribuindo novos significados ao anel. Carrego o presente para dizer que me esforço em ler a história do Brasil na perspectiva dos perdedores; que procuro valorizar a beleza simples e não consumista simbolizada pelo despretenso anel de tucum.

Dias depois da Assembleia de Caciques, notei passos de idas e vindas de alguém desconhecido na frente da garagem de minha casa. Saí do escritório e perguntei se podia ser-lhe útil.

– Vim anotar os números do seu carro – explicou.

Estranhei as atitudes dele, porque a garagem estava aberta e a placa estava à vista. Achei que ele estava levando muito tempo para uma simples anotação.

– Estamos anotando os números da placa para saber por onde anda nosso pastor – explicou.

Compreendi que se tratava de uma intimidação, mas não me assustei muito porque a ditadura estava perdendo sua força e já não reprimia com o rigor dos anos anteriores.

– Está certo, – retruquei – o senhor me elabora um roteiro detalhado e me diz por onde devo andar. Vou apresentar esse roteiro ao meu patrão, o Senhor da minha Igreja. Vou perguntar se ele aprova o roteiro, porque trabalho para ele.

Pude perceber um leve rubor nas faces do agente do DOPS e nunca mais tive notícias dele.

* Extraído do livro *Horizontes e raízes. Histórias de sesmarias e de picadas*, p. 283-285. Editora Oikos, 2011. Pedidos para silviolivros@gmail.com.